



Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades

Comprometimento alcançado entre o SPLIU e o MEC protege os Professores

Ao contrário do que o Sr. Ministro da Educação e Ciência persistentemente afirma, de que o entendimento agora alcançado em algumas matérias entre Sindicatos e Governo poder-se-ia ter concretizado logo no início do processo negocial, convirá esclarecer que tal afirmação não corresponde à verdade dos factos!...

O comprometimento agora firmado entre Sindicatos e Governo só foi possível de concretizar no dia 25 de Junho, graças ao empenho, determinação, esforço, e entrega dos Professores, numa árdua e difícil LUTA, levada a cabo durante semanas, obrigando dessa forma o Governo a ceder nos aspectos considerados fundamentais e determinantes, na salvaguarda do futuro profissional de educadores e professores.

O SPLIU participou nestas negociações com elevado sentido de responsabilidade, empenho e determinação, resultando o trabalho desenvolvido num comprometimento escrito com o MEC, que protege o futuro próximo dos professores de quadro, abrindo-se, em simultâneo, uma nova janela de esperança para os professores contratados.

Consideramos que o comprometimento agora estabelecido entre o SPLIU e o MEC, consubstanciado numa Acta Negocial Conclusiva, assinada entre as partes, consagra, tendo em consideração a actual conjuntura política, social e económica, um conjunto de medidas fundamentais e determinantes para a estabilidade sócio-profissional dos docentes (ler sff a Ata Negocial Conclusiva disponível em www.spliu.pt).

Perante o resultado alcançado nas negociações, entende ainda a Direcção do SPLIU que estão de parabéns os educadores e professores pela tenacidade empregue na LUTA que encetaram, e, os Sindicatos, que, uma vez mais, convergiram para uma estratégia articulada de acção e intervenção político-sindical bem sucedida.

Todavia, o comprometimento agora alcançado entre o SPLIU e o MEC, não nos pode deixar de forma alguma descansados, pois temos a percepção que, a curto prazo, outras lutas teremos de encetar face a eventuais decisões (ofensivas) políticas lesivas para os trabalhadores da Administração Pública, em geral, e, para os professores em particular.

Lisboa, 26 de Junho de 2013

A Direcção Nacional